



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

49ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**15 e 16 de fevereiro de 2011
Brasília-DF**

Resumo Executivo

1 Reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, para sua 49ª Reunião
2 Ordinária, sob a presidência da Sra. Karla Cristina Giacomini. **Presentes.** Júlia Fúria
3 Costa – *Titular do Ministério da Cultura*; Sandra Regina Gomes – *Suplente da*
4 *Secretaria de Direitos Humanos*; Maria Leonor Brenner Ceia Ramos - *Titular do*
5 *Ministério do Esporte*; Fátima Rodrigues Guimarães - *Titular do Ministério da Justiça*;
6 Nilma Paulo *Titular do Ministério da Previdência Social*; Luiza Fernandes Machado -
7 *Titular do Ministério da Saúde*; Natalino Cassaro-*Titular da Confederação Nacional*
8 *dos Trabalhadores na Agricultura*; Marcos Wandresen – *Titular da Confederação*
9 *Brasileira de Aposentados e Pensionistas*; Vera Nícia Fortkamp de Araújo-*Titular da*
10 *Associação Nacional de Gerontologia do Brasil - ANG*; Sandra de Mendonça Mallet
11 – *Titular do Centro Interdisciplinar de Assistência e Pesquisa em Envelhecimento -*
12 *CIAPE*; Claire da Cunha Beraldo – *Suplente do Serviço Social do Comércio - SESC*;
13 Emídio Rebelo Filho - *Titular da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB*; Lilian
14 Aliche-*Titular da Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares - ABRAz*;
15 Cristiano Cláudio Torres – *Titular do Movimento de Reintegração das Pessoas*
16 *Atingidas pela Hanseníase - MOHRAN*; João Batista Lima Filho – *Titular da Pastoral*
17 *da Pessoa Idosa - PPI*; Vânia Lúcia Ferreira Leite - *Suplente da Pastoral da Pessoa*
18 *Idosa - PPI*; Rodrigo Fávero - *Suplente do Ministério das Cidades*; Ana Maria Ângelo
19 Bravo Villalba - *Titular do Ministério da Cultura*; Evandro Macedo - *Titular do*
20 *Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG*; Giovana Nassaro -
21 *Conselho dos Direitos do Idoso – DF*; Mirian – *Suplente Representante do*
22 *Departamento de Proteção Especial do Ministério*; Idiane - *Titular do MDS*; Maria da
23 Penha Franco - *Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa*
24 *Idosa*; Irlando Tenório Moreira - *Titular da Confederação Nacional do Comércio de*

25 *Bens, Serviços e Turismo; Edvaldo – CFESS; Yélena de Fátima Monteiro de Araújo*
26 *– AMPID; Maria Leonor Brenner Ceia Ramos - Titular do Ministério do Esporte;*
27 *Eduardo Ramirez Meza – Secretário Executivo do CNDI. Abertura.* A Presidente
28 Karla Cristina Giacomini cumprimentou os presentes e deu início à reunião
29 informando que a mesma estaria sendo gravada. Pediu que os presentes que
30 quisessem se manifestar, o fizessem identificando-se e falando ao microfone.
31 Informou que era com muito prazer que o grupo se reunia naquele momento para
32 fazer o planejamento, que o Sr. Eduardo Ramirez Meza distribuiria o material ao
33 grupo referente às atividades que iriam ser feitas. Aproveitou o momento para pedir
34 às pessoas que estiveram presentes no dia anterior, fizessem uma avaliação sobre
35 a reunião de planejamento da Secretaria de Direitos Humanos, porque essa era uma
36 das tarefas, que foi incumbida ao CNDI. Ressaltou ainda a alegria, satisfação e
37 ansiedade que começariam os trabalhos no ano de 2011, pois era um trabalho
38 extremamente desafiador, por conta que tinha de ser produzido um fundo para gerir
39 e o Conselho precisava ser operante e uma das coisas que mais lhe preocupava
40 enquanto presidente era que a mesma queria trabalhar muito, mas como parte do
41 Conselho, que o Conselho pudesse trabalhar junto. Falou da importância da luta do
42 Conselho que fortalecia a luta das entidades e do novo formato que estavam dando
43 à entidade. Nesse sentido, reforçou que era bem vinda a oportunidade daquela
44 reunião e do encontro que aconteceu no dia anterior com os Conselhos. Finalmente,
45 abriu a palavra para que os presentes que quisessem se manifestar. O Sr. Emídio
46 Rebelo Filho cumprimentou os presentes. Continuou, cumprimentando a Presidente
47 do Conselho pela excelência da sua apresentação na reunião do dia anterior onde
48 todos ficaram muito felizes pela abordagem proferida, verificaram que a
49 receptividade, não só dos representantes governamentais, principalmente da
50 Ministra e seus auxiliares, mas também das pessoas presentes e do colegiado
51 presente, que tinha sido uma reunião compartilhada que foi necessária. Disse que o
52 recado foi dado ao Governo e esperavam que o compromisso assumido na reunião
53 que aconteceu no dia anterior, fosse cumprido. Disse que os objetivos apresentados
54 estavam dentro das expectativas do Conselho, mas reconheceu que precisavam
55 atuar com mais veemência, para que os governantes tivessem a sensibilidade de
56 que os conselhos eram uma parte da sociedade que colaborava que havia gostado
57 da frase proferida na reunião, de que “O Governo cedia, ele não concedia.”
58 Reconheceu que tudo partia da Sociedade Civil. Destacou lembrando a reunião do
59 dia anterior, que a população idosa já somava 22 milhões de pessoas no Brasil,
60 segundo o resultado da estatística do IBGE. Comparou a população idosa do país,

61 com algumas populações de países da América do Sul, afirmou que no ano de 2040
62 a população idosa do Brasil seria igual à população da Argentina, só de maiores de
63 60 anos. Era preciso que os governantes se sensibilizassem e dessem apoio a todos
64 os conselhos que representavam a Sociedade Civil. O Sr. Marcos Wandresen, após
65 os cumprimentos a todos e todas, iniciou sua fala parabenizando também a
66 Presidente pela extraordinária participação efetiva na reunião do dia anterior, que
67 sem dúvida nenhuma o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, CNDI, marcou um
68 grande tento. Quanto à política, planejamento, afirmou que sem dúvida nenhuma
69 deveriam dizer que o momento vivido na reunião, foi de extrema importância para o
70 futuro da política integrada brasileira, não apenas para as políticas sociais e políticas
71 de base, mas a política da cidadania e, isso fez com que se pudesse sentir cada um
72 e cada uma tendo parte e parcela importante de contribuição, como também de
73 responsabilidade sentindo convergência dos Conselhos. O Sr. Irlando Tenório
74 Moreira tomou o turno da fala e explicou que nas duas últimas reuniões, quem
75 esteve presente, havia sido o Sr. Carlito e que durante a gestão, haveria alternância
76 da sua presença, a dele ou a da Sra. Rita de Cássia Gonzaga Martorelli. Afirmou
77 que a reunião serviu para um grande aprendizado, que estavam colocando para o
78 Governo, a necessidade do reforço, da democracia participativa, pois ali estava
79 presente todo o segmento da sociedade fosse Iniciativa Privada, Governo,
80 Sociedade Civil. Que a diversidade parecia ser um impedimento para a ação, mas
81 ela poderia se transformar em uma grande alavanca de crescimento conjunto de
82 entidades presentes, que o planejamento estratégico que estava posto era
83 importante, que deveria ser cumprido, que era uma boa iniciativa, um bom começo
84 de gestão da nova Ministra. Na sequência, a Sra. Fátima Rodrigues Guimarães
85 saudou a todas e a todos, fez referência à reunião do dia anterior dizendo que a
86 Presidente deu um tom que a causa do idoso no Brasil e no mundo mereciam. Com
87 relação aos objetivos estratégicos da Secretaria de Direitos Humanos, acreditava
88 que seriam objetivos estratégicos, macros objetivos e que talvez poderiam enquanto
89 CNDI, na linha dos macros objetivos, estabelecer ações do Conselho para galgar
90 esses macros objetivos. Lembrou ainda que teve a oportunidade de ler o PNDH-3, e
91 nele tinham vários objetivos muito interessantes cujo parceiro principal seria para o
92 CNDI, por isso comungava com o Conselheiro Marcos de que o financiamento e
93 orçamento eram prioridade, que eles tinham de alguma forma estar contemplados
94 no planejamento estratégico. Em seguida, o Sr. Evandro Macedo também
95 parabenizou a Presidente e continuou dizendo que ficava muito preocupado com
96 muitos objetivos setoriais, que era o momento do CNDI trabalhar junto com a

97 Secretaria de Direitos Humanos para colocar ações efetivas. Lembrou a Ministra do
98 Planejamento quando deixou bem claro a importância das políticas sociais que e
99 que mesmo havendo corte ela estava mantendo as políticas sociais. Mas, havia
100 necessidade de se trabalhar ações que fizesse acontecer e não ficassem muito na
101 coisa de objetivos, que era o que acontecia muito, não se conseguia realizar
102 efetivamente alguma política. O Sr. Natalino Cassaro relatou que gostou da fala da
103 presidente na reunião, mas ficou preocupado, pois não ouviu nenhuma palavra da
104 Ministra em relação à 3ª idade, reforçou a importância de se pensar nas finanças, no
105 papel do Conselho em representar a sociedade além de trabalhar para fazer com
106 que a Ministra entendesse o que é o processo. A Sra. Vera Nícia Fortkamp de
107 Araújo, cumprimentou os presentes, elogiou a fala da Presidente na reunião, pois
108 sua fala dava visibilidade ao Conselho. Retomou a fala de Ministra e disse que ela
109 fazia recomendações em várias áreas e as várias recomendações eram quanto ao
110 planejamento, à pesquisa, a avaliação do combate e redução da miséria, que
111 gostaria de reforçar a pesquisa, porque ela também fazia a recomendação quanto à
112 pesquisa e todas as recomendações do dia anterior, foram com questionamentos e
113 pesquisa se fazia a partir de questionamentos. Sugeriu que fosse contemplado no
114 planejamento, para que se pudesse trabalhar com a realidade da pessoa idosa que
115 se encontrava na miséria. A Sandra de Mendonça Mallet disse que todos deveriam
116 se debruçar em cima das ações relativas ao orçamento, contextualizá-las e
117 apresentá-las para se ter a noção de quanto ia se precisar. A Sra. Luiza Fernandes
118 Machado disse primeiramente que teve uma colocação da Presidente, onde todos
119 se levantaram e aplaudiram causando a reafirmação do respeito à pessoa idosa, a
120 outra foi o convite para que ela permanecesse na Coordenação Nacional de Saúde
121 do Idoso do Ministério da Saúde. Continuou agradecendo o apoio recebido de
122 muitos. A Sra. Sandra Regina Gomes na sua vez, explicou que uma das principais
123 metas do Conselho era sensibilizar os gestores e por isso o impacto causado na
124 reunião pela fala da Presidente foi positiva. A Sra. Maria da Penha Franco informou
125 que estava presente como convidada, falou da fala da Presidente que a mesma
126 havia sido contundente, objetiva, abriu o cenário real, do dia a dia de quem trabalha
127 com idoso. Falou da responsabilidade que a fala da Presidente e da Ministra
128 colocavam ao Conselho de trabalhar mesmo com a fragilidade dos conselhos
129 estaduais, a fragilidade dos conselhos municipais, com o pouco que se investia na
130 capacitação dos conselheiros, com a pouca participação dos órgãos
131 governamentais, seria bom que todos os conselheiros tivessem o compromisso que
132 foi feito pelo Conselho publicamente, uma responsabilidade de desempenhar o

133 papel de frente que se coadunava com a nova cara da Secretaria de Direitos
134 Humanos, com os objetivos propostos. Era óbvio, que não se alcançaria tudo em um
135 ano, mas, o planejamento era bem mais largo e deveriam ir aos poucos, era preciso
136 definir as metas de trabalho possíveis e realizáveis. Após as avaliações da reunião
137 do dia anterior, iniciaram-se as apresentações. A presidente Karla Cristina Giacomini
138 sugeriu começar pela manhã com uma proposta de ir conduzindo os trabalhos, com
139 uma postura de mudança do tom da ideia do envelhecimento. Informou que haviam
140 chegado mais dois conselheiros e os acolheu, desejando boas vindas, que era o Sr.
141 Edvaldo CFESS e a Sra. Yélena de Fátima Monteiro de Araújo da AMPID. Lembrou
142 que o envelhecimento populacional era a maior conquista da humanidade, que
143 envelhecer significava que todos estavam conseguindo mudar a sociedade, trazia
144 avanços, tanto em termos de saúde quanto sociais. Essa nova legião de velhos que
145 estava chegando, estava mais saudável do que as gerações anteriores e todos eram
146 testemunhas disso, que envelhecer era muito bom, mas também alterava as
147 demandas por serviços sociais e de saúde especificamente e não adiantava não
148 falar especificamente dessa saúde, porque era um fato para toda a sociedade.
149 Continuou falando que era preciso trazer a informação para todos os gestores. Em
150 2050, 50 milhões de idosos, em 2011, 21 milhões, em 2025, 32 milhões e que esse
151 crescimento era rápido e intenso, que era o grupo que mais crescia. Explicou que
152 quando falavam de idoso, estavam falando de criança, de adultos e de todas as
153 condições que eram direitos para toda a população, que só se envelhecia se tivesse
154 garantido renda, equidade, justiça social, recursos renováveis, um ecossistema
155 saudável, educação, alimentação, segurança, paz, e que esses eram os princípios
156 da carta de Ottawa, que para que os mais velhos tomassem parte ativa na
157 sociedade, sem qualquer tipo de discriminação, que eles pudessem usufruir de uma
158 qualidade de vida boa e independente teriam que mudar o comportamento, ter um
159 estilo de vida mais saudável, agir na cultura na qual as pessoas vivessem, que o
160 Conselho e a cultura com o que tratavam, era a cultura das políticas públicas e a
161 cultura das políticas públicas tinha dificuldades para abordar o idoso. Falou que o
162 Conselho queria seduzir o Governo para o seu lado e tinha sido essa sedução que
163 foi tentada na reunião anterior, ao invés de ficar apontando o que faltava, deveria
164 apontar o que se precisava, pois, o desejo era de que o colegiado tivesse corpo.
165 Relatou em seguida, quais eram os nós críticos, que iriam encontrar para fazer os
166 meios acontecerem que eram o desconhecimento do que significava envelhecer no
167 Brasil, o tratamento de adulto velho que a sociedade dispensava ao idoso, a
168 dificuldade do entendimento dessa fase da vida como prioritária para as política

169 públicas, devido ao preconceito da sociedade com o idoso, o envelhecimento na
170 condição de desigualdade social, porque era na parcela mais pobre que estavam os
171 mais incapacitados, os com menos recursos e a incapacidade onerava o mais pobre.
172 Afirmou que o Conselho sabia o que pensava. Questionou sobre quais eram os
173 caminhos que o Conselho precisaria construir e respondeu que era necessário
174 qualificar a assistência ao idoso em todos os órgãos públicos, garantir acesso a
175 informações sobre direito de cidadania para todos os idosos, a participação ativa dos
176 idosos na vida de cada cidade, adequar o orçamento das políticas, de cuidado,
177 promoção, proteção e defesa e garantia de direitos em todos os níveis, implementar
178 e robustecer o SUAS, que era uma política muito afeita aos idosos, promover a
179 integração SUS e SUAS, potencializar as ações, garantir apoio para cuidador
180 familiar, garantir a criação dessa rede de suporte social e de solidariedade, que
181 estava tratando de ações intersetoriais, que iriam atuar em famílias vulneráveis, com
182 população vulnerável, portanto estavam falando da promoção da cultura da paz e da
183 prevenção da violência. Afirmou que o começo seria naquele momento onde cada
184 um falaria o que estaria disposto a fazer e como iria fazer para enfrentar a realidade
185 que estava posta, que o que competia ao Conselho, competia a cada conselheiro do
186 colegiado. Explicou que a proposta era construir um plano que integrasse as
187 pessoas, outros conselhos estaduais, que os tirasse do lugar tão isolado e tão para
188 dentro, como o que estava funcionando até aquele momento. Reconheceu que o
189 Conselho funcionou nas suas plenárias, mas não em interplenárias. A Presidente
190 continuou sua fala revelando seu desejo de que o Conselho funcionasse, que tinha
191 dois anos na condição de presidente e se permanecesse até o final do mandato, o
192 que queria que acontecesse, queria fazer a sua parte e como presidente do
193 Conselho, que a sua parte era fazer. A Presidente anunciou a chegada do Sr.
194 Secretário Ramais de Castro Silveira e o Sr. Vilson Augusto de Oliveira. Explicou-
195 lhes o que estava colocando. Continuou dizendo que o que subsidiou a gestão
196 passada foi o trabalho do Ministério da Justiça no seu planejamento estratégico.
197 Antes de prosseguir fala sobre a gestão passada, quis trazer para o Conselho, que
198 todos deviam obediência aos princípios constitucionais da administração pública,
199 quais fossem publicidade, transparência moralidade, legalidade, eficiência,
200 impessoalidade, o tratamento diferencial, restringiu-se apenas aos casos previstos
201 em lei e uma obrigação, que essa excelência fosse dirigida ao cidadão. Esses
202 princípios que o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, teria que ser exímio
203 aplicador, que quando se pensava em planejamento estratégico, lembrou que não
204 tinha formação na área, buscou no Ministério da Justiça um planejamento

205 estratégico do Ministério Público, que tinha um grande trabalho de planejamento
206 estratégico, inclusive alguns identificados como positivos, que vieram desse trabalho
207 e foram mergulhados no conselho, prosseguiu dizendo que o planejamento
208 estratégico deveria ser um processo gerencial que estabeleceria um direcionamento,
209 que apontaria para onde se deveria ir, otimizaria a relação entre todos, como
210 organização e o contexto em que estavam inseridos, que o Conselho deveria
211 construir a sua visão sobre do que queria ser, os valores, o que era importante, a
212 missão do Conselho, pois havia diversidade de possibilidades, mas era preciso
213 definir o que seria feito. Finalizando, a Presidente reconheceu que os conselheiros
214 eram desmotivados, eram idosos desrespeitados, que não tinham processos
215 eficientes e nem colaboradores, que todos trabalhavam, mas de forma isolada, de
216 forma aleatória, errática, que era necessário naquele momento trabalhar de forma
217 alinhada, em uma mesma direção, assim, fortaleceria a proposta. Passou então, a
218 palavra para os visitantes. O primeiro a tomar o turno da fala foi o Sr. Wilson Augusto
219 de Oliveira, que como convidado, cumprimentou os presentes, disse que conversou
220 com o Sr. Ramaís de Castro Silveira, com a Sra. Sandra, com a Ministra, que tentou
221 ajudar e colaborar no trabalho da área, de suas preocupações e que não era só
222 pessoal, mas como orientação da Ministra e do Secretário Ramaís de Castro
223 Silveira, era de priorizar e dedicar o máximo possível para as questões do idoso. Fez
224 um breve relato sobre sua trajetória acadêmica e de como se aproximou do tema
225 gerontologia, dos seus estudos sobre o tema, justificou o motivo deste relato para
226 demonstrar seu interesse em trabalhar no referido campo, mesmo com pouca
227 experiência, falou do desejo de futuramente, contar aos filhos e amigos sobre as
228 conquistas concretas nos direitos do cidadão brasileiro, em particular do idoso, que
229 uma das metas que queria perseguir, que era a sua primeira visita ao Conselho
230 Nacional dos Direitos do Idoso e que tinha ouvido falar, que entre todos os
231 conselhos nacionais que existiam, o CNDI era o mais combatido, mas que iriam
232 trabalhar, para mudar essa imagem, porque conhecia várias lutas, várias questões
233 encaminhadas pelo Conselho. Logo após o Sr. Ramaís de Castro Silveira
234 cumprimentou a todos. Disse que tinha uma tarefa bastante difícil e entre outras
235 coisas, porque assumiram a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa, com uma
236 ministra e uma presidenta que vinham de uma trajetória inescusável de luta pelos
237 direitos humanos. Juntamente com isso, quando se tratava da temática do idoso,
238 que estava no convívio de pessoas com alto nível de qualificação e de histórico na
239 área, queria dizer, em breves palavras, que a missão era difícil, porque
240 particularmente ele não tinha até então, um acúmulo mais específico na luta pela

241 temática, ou pelo menos achava que não tinha, conversou com alguns
242 companheiros da Secretaria e foi percebendo que um pouco da realidade, das
243 dificuldades era preciso enfrentar em termos nacionais e até mesmo em termos
244 mundiais, porque estavam discutindo inclusive a elaboração e aplicação de uma
245 convenção internacional dos direitos da pessoa idosa. Falou da importância de
246 chamar atenção da população brasileira e sensibilizá-la a partir dos seus entes
247 queridos, das pessoas com as quais conviviam. E para que não ficasse apenas em
248 conceitos, tinham um ano de trabalho bastante intenso. Saudou a aplicação e
249 energia de todos e todas para aprovação do Fundo Nacional do Idoso, que tinham
250 ainda o desafio da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que essa
251 conferência pudesse ser também uma conferência de avaliação, porque tinham
252 alguns instrumentos, inclusive pioneiros no Brasil, do ponto de vista legislativo, que
253 se fossem implementados, como o Estatuto do Idoso todos teriam também outra
254 realidade no Brasil em relação ao respeito com essa faixa etária da população, que
255 a conferência era o cume de todos esses fóruns, e poderiam ajudar a monitorar,
256 avaliar, buscar corrigir e apontar políticas públicas concretas em direção
257 efetivamente ao cumprimento das legislações que forma aprovadas que queria que
258 o Brasil fosse um exemplo para o mundo, no respeito à pessoa idosa, que era
259 preciso trabalhar para que aquilo que foi firmado como compromissos, fosse
260 efetivamente colocado em prática no país, que havia avanços concretos, que a
261 exemplo disso, nenhum idoso no Brasil ficaria, sem uma renda que era pouco, era
262 um início, mas se fossem olhar para os países, amigos da própria América Latina,
263 ainda era um objetivo a ser alcançado. Afirmou que o Brasil tinha autoridade moral
264 para falar, mas ao mesmo tempo não estava satisfeito, havia muito a fazer.
265 Mencionou a sobre as quedas, que era um problema crônico não só para a pessoa
266 idosa, também em relação às pessoas com deficiência e que estavam trabalhando
267 na prática com o chamado conceito de transversalidade das políticas públicas. Para
268 concluir disse que vinha apenas se apresentar, que estava à disposição e que era
269 desejo da Ministra de criar um símbolo importante na tarde da reunião do dia
270 anterior de reunir todos os colegiados, afirmou que todos puderam perceber o
271 quanto era importante, para que se pudesse gerar uma sinergia entre todas as
272 temáticas, pessoas idosas LGBT, por exemplo, pessoas idosas com deficiência,
273 pessoas idosas inseridas em uma série de problemas que eram tratados dentro da
274 Secretaria, tinha-se inclusive pessoas idosas testemunhas, que tinham que ser
275 protegidas em processos judiciais, pessoas idosas defensoras de direitos humanos,
276 que a universalidade se dava na prática do dia a dia, e não se poderia

277 compartimentar setores. Disse que estavam com o plano, o programa Nacional de
278 Direitos Humanos, PNDH-3 que ele era quase que uma bíblia para o Conselho e que
279 ele estaria sendo levado como uma carta orientadora fundamental, juntamente com
280 o resultado das conferências e que queriam ser cobrados por isso, foi o que havia
281 sido afirmado pela sociedade brasileira nos seus fóruns democráticos. Reafirmou o
282 compromisso com todos os documentos e com o que foi acertado e que a autonomia
283 do Conselho fosse preservada, que se mantivesse a parceria com a Secretaria de
284 construção das políticas públicas que poderia, na prática, viabilizar o avanço das
285 pautas dos direitos da pessoa idosa. Por último queria propor uma ideia para ser
286 discutida, que era a implementação de centros de referência em direitos humanos,
287 que perpassaria em todas as temáticas, que tinha conhecimento do CEAPEVIS, que
288 era o Centro de Referência Especializado na Área da Pessoa Idosa, mas que era
289 possível ter esse tipo de centro no Brasil inteiro, o mais possível inclusive no interior
290 brasileiro, que era onde se sabia que era estavam as maiores carências. Era uma
291 pauta que queriam trazer não necessariamente na presente reunião, mas que fosse
292 pensada e discutida pelo Conselho, porque o intento era fazer uma grande
293 unificação de todas as estruturas de ponta da SDH, garantindo evidentemente a
294 peculiaridade do atendimento dos temas dentro do centro, mas garantindo ao
295 mesmo tempo aquele conceito que a Presidenta Dilma estava trazendo, era preciso
296 fazer uma readequação das estruturas. Agradeceu a oportunidade, pediu desculpas
297 por não permanecer na reunião, justificando que estaria participando das reuniões
298 de outros órgãos colegiados Secretaria de Promoção e Defesa. A Presidente Karla
299 Cristina Giacomini retomou a palavra agradeceu a presença dos convidados e disse
300 esperar ter muitas oportunidades de contar com a presença, inclusive para dar a
301 devolutiva do planejamento, que esperavam que trouxesse várias ações, ações que
302 seriam intercolegiadas, acreditava que conseguiriam pensar o Conselho para além
303 dele mesmo. Informou que iria terminar suas colocações, que a ideia era buscar um
304 norte e fazer coisas para poder alcançá-las. O planejamento teria que ser feito para
305 cinco anos, por isso, estabeleceu-se uma agenda de trabalho por um período de
306 cinco anos na qual o Conselho iria desenvolver prioridades estabelecidas, isso
307 significava dizer o que, quem, quando, por que, como e quanto custa fazer. Com
308 isso, justificou que o que se queria fazer era consolidar no planejamento o
309 entendimento de todo o colegiado do que fosse missão, visão, valores e políticas
310 que o Conselho desejava para a população idosa. Prosseguiu dizendo que para se
311 alcançar a visão, a missão, o Conselho precisava existir para dentro, existir para
312 dentro significava fazer plenárias objetivas, plenárias efetivas, plenárias resolutivas,

313 O Conselho precisava também existir para fora, no sentido de ter visibilidade e
314 articulação com os próprios idosos, com entidades que compusessem o conselho,
315 com os conselhos estaduais, municipais, com os conselhos de direitos, com os
316 conselhos setoriais e isso significava que a presidência, queria fazer junto, na NG no
317 Ministério da Previdência na Saúde, no Desenvolvimento Social, na Cultura, na
318 Justiça, na interface com os Três Poderes, não apenas com o Executivo, mas
319 também com o Legislativo, queriam uma frente parlamentar do idoso, negociar com
320 essa frente, revelou que havia 187 projetos de lei que diziam respeito à palavra
321 idosa, que todos os dias estava mandando para comissão de normas,
322 acompanhando no Judiciário também era um poder ainda muito distante da luta em
323 favor dos idosos. O Conselho era naquele momento um gestor do Fundo Nacional
324 do Idoso, e que deveriam existir também como um orquestrador da realização da
325 Conferência Nacional do Idoso e acompanharia o que ela deliberasse que não se
326 esgotavam as discussões ali, eram apenas pinceladas do que se precisava fazer,
327 que os resultados dos trabalhos das comissões deixassem de ser um fim em si
328 mesmo para se constituir em um meio de alcançar os resultados planejados pelos
329 próprios conselheiros envolvidos. Num primeiro momento, estariam fazendo a
330 contextualização. No segundo momento era o planejamento de 2011 até 2015 que
331 seria discutido em grupo. No terceiro momento a abordagem de temáticas que o
332 Conselho definiria como prioritárias dentro do Conselho, no quarto momento o
333 trabalho em grupo dentro das comissões e no quinto momento ela, a Presidente e o
334 Sr. Eduardo Rodrigues Meza comprometeram-se em ficar dois dias, consubstanciar
335 e devolver para todos, o mais rápido possível, pois as ideias tinham que estar ainda
336 frescas para que fossem colocadas para valer o Conselho. Perguntou se todos
337 concordavam com a dinâmica e se havia alguma sugestão. Não havendo
338 contestações e nem manifestações, a presidente considerou aprovada por
339 unanimidade. Agradeceu e partiu para o próximo ponto. Partindo do planejamento, a
340 Presidente disse que gostaria de pensar uma síntese do que fosse esse
341 planejamento estratégico para a gestão, 2010/2012. Mostrou o planejamento
342 estratégico da gestão 2008/2010, que o Conselho anterior definiu que os valores do
343 Conselho Nacional do Idoso seriam, ética, transparência, compromisso,
344 proatividade, inovação, ele teria como missão supervisionar, acompanhar, fiscalizar
345 e avaliar a Política Nacional do Idoso e teria como visão ser referência nacional na
346 promoção dos direitos do idoso. Foram definidos objetivos estratégicos para fora e
347 objetivos estratégicos para dentro, que algumas dessas ações foram conquistadas,
348 mas não foram conquistadas porque aconteceu o planejamento estratégico, elas

349 foram conquistadas porque foram conquistadas, mas planejamento estratégico não
350 serviu em nenhum momento de norteador das ações do Conselho. O que se
351 percebia havia tido conversa entre os conselheiros houve um distanciamento dos
352 conselheiros em relação ao Conselho, o Conselho era uma entidade etérea, era
353 preciso sair desse lugar, era preciso contato com os conselhos municipais e
354 estaduais para saber da política do idoso, fora do âmbito federal, além de planejar
355 tinha que executar, a presidente reafirmou a missão e os valores que foram
356 determinados pelo Conselho na gestão anterior e disse que sentiu falta do valor
357 integração no texto, onde se obrigassem a estar integrados com outras políticas,
358 com outros conselhos e um valor que medisse a efetividade dos trabalhos. A
359 Presidente seguiu perguntando se algum dos presentes teria mais algum valor a
360 sugerir e o que achavam da proposta. A Sra. Fátima Rodrigues Guimarães falou que
361 achava bem vindos os dois valores até porque efetividade ela pressupunha eficácia
362 e a eficiência. Não havendo contestações e nem outras sugestões, a Presidente
363 Karla Cristina Giacomini considerou a sugestão aprovada. Informou que iria avançar
364 que os presentes poderiam interromper caso quisessem fazer alguma colocação.
365 Explicou que quando era nacional estava integrado no pacto federativo, definia
366 diretrizes, não era executor, direcionava, fomentava, tinha de estar ali para fazer
367 com que os outros ficassem motivados, estimulados, que precisava respeitar a
368 diversidade regional, a cultura local, a heterogeneidade dos processos de
369 envelhecimento tinha de conhecer tanto de demografia, quanto de epidemiologia,
370 quanto de instrumentos legais, que eram referência nacional, o Conselho tinha que
371 responder com base em um grande conhecimento de causa, na promoção, defesa e
372 garantia dos direitos dos idosos. A Sra. Nilma Paulo interferiu dizendo que na
373 questão da integração com outros órgãos, via que teria que ser maior, que quando
374 houvesse alguma reunião, que os dirigentes tomassem conhecimento também,
375 quando fossem convocados, que tivessem uma informação que a informação fosse
376 passada para o secretário, para o ministro, saberiam que existia um Conselho e que
377 o Ministério tinha um representante no Conselho. A Presidente Karla Cristina
378 Giacomini concordou dizendo que assim talvez teriam mais respaldo. Fez uma
379 contra proposta para que os representantes governamentais informassem para
380 quem o Sr. Eduardo Ramirez Meza iria para que fosse nominal. Um dos presentes
381 informou que para aquela reunião, enviou um e-mail, que fez um ofício, mas aquele
382 ofício de convocação havia mandado por e-mail para os chefes de gabinetes de
383 todos os Ministérios e para os gabinetes dos presidentes de todas as instituições da
384 Sociedade Civil que compunham o Conselho, que algumas haviam respondido. O

385 Sr. Carlos Frederico Bastos Peres da Silva falou sobre a questão das presenças e
386 dos horários das reuniões do Conselho, que na divisão em que trabalhava, ele e o
387 seu chefe, que era o titular da cadeira do Conselho, cuidavam de boa parte de
388 agenda de desenvolvimento social e que por este motivo, na maioria das vezes,
389 tinham sempre de estar em vários conselhos ao mesmo tempo. A Conselheira
390 Sandra Regina Gomes chamou a atenção de todos, para uma apresentação que fez
391 no final do ano passado ao colegiado, sinalizando as comissões existentes na
392 coordenação do idoso dentro da Secretaria, com LGBT, com a pessoa com
393 deficiência e também com a questão da tortura, que comentou a questão que feria
394 aos direitos do idoso que estava dentro das ILPIS. A sua questão ao colegiado era
395 que as comissões estavam caminhando, que na fala da presidente apontava para a
396 interlocução que já existia, para ficarem, teriam que fundir, que ter a presença do
397 Conselho nas três comissões, porque elas já aconteciam desde o ano passado,
398 como foi colocado. A Presidente Karla Cristina Giacomini informou que estava
399 chegando exatamente nessa fase, que enquanto conselho fosse referência nacional
400 nessas situações iriam incorporar outras funções que também lhes competia. A
401 Conselheira Fátima Rodrigues Guimarães esclareceu que pensava que ser
402 referência nacional na promoção de defesa e garantia dos idosos era uma visão
403 bastante arrojada, bem ambiciosa e sua preocupação era com o tempo. Talvez
404 poderiam fazer algo parecido com o que a Secretaria Executiva do Ministério da
405 Justiça fez, colocariam em 2012 sem referência, talvez na visão poderiam colocar
406 em 2015, porque pensando nesse lapso de tempo que a Presidente havia falado,
407 quatro, cinco anos, ficariam angustiados. A Presidente Karla Cristina Giacomini
408 concordou que a visão era essa, audaciosa, que iria lhes motivar, desafiar, era o
409 ideal mesmo, que depois tratariam de ações que fariam ao longo do tempo para
410 atingir a referida a visão, que a Conselheira Fátima se tranquilizasse. A Conselheira
411 Fátima Rodrigues Guimarães colocou que o planejamento estratégico era feito
412 geralmente no biênio, que se colocasse sem referência nacional na promoção, era a
413 visão desse biênio. Sugeriu que pudessem no texto da própria visão registrar a ideia.
414 A Presidente Karla Cristina Giacomini explicou que a visão não era limitada por
415 tempo, que limitariam o tempo depois, nas ações. Um dos presentes acrescentou
416 que o nome adequado, mais conveniente, seriam perspectivas. Teriam o
417 compromisso de uma visão de quatro anos, a meta. A Presidente Karla Cristina
418 Giacomini complementou que poderiam trabalhar nesses termos, que não gostaria
419 que se desviasse da proposta inicial que era de apresentar o que foi estudado para
420 dividir com o Conselho. Para concluir a parte, perguntou aos presentes se

421 reafirmavam a referida visão para a gestão. O Sr. Marcos Wandresen pediu a
422 palavra e disse que estavam em um pacto federativo, nos grandes pontos críticos
423 para estabelecer justamente os termos a visão, parabenizou pela maneira correta,
424 como administrador, dessa colocação de visão para o momento, que naquele
425 aspecto nós estavam vivendo o momento de falta de comunicação muito grande, lhe
426 parecia que no pacto deveriam cultura local, comunicação social dos idosos e a
427 continuação desses pactos. A Presidente Karla Cristina Giacomin esclareceu que
428 era comunicação social do idoso também no Pacto Federativo Nacional. O Sr.
429 Marcos Wandresen continuou dizendo que se não tivessem comunicação social, não
430 teriam essa participação, não trabalhariam. O Sr. Edval Bernardino Campos
431 partilhou da idéia da visão, de que ela tinha de ser pensada mais em longo prazo, de
432 uma forma macro, ela era pensada sempre como um desafio grandioso, e para
433 alcançar esse desafio, perguntou se o conselho com a estrutura e organização tinha
434 estava compatível com essa visão, qual era o grau de importância que o Governo
435 conferia à participação social, porque era descabido e a reclamação dos
436 companheiros que eram representantes de ministérios com algumas situações era
437 legítima e justa, que algumas autoridades daquele setor não estivessem investidos
438 do conhecimento e da responsabilidade para as áreas que representavam, porque
439 representavam como objetivo estratégico, não era como descargo de
440 responsabilidade. Continuou dizendo que se os ministérios, fundações, compunham
441 os conselhos, precisavam compor como objetivo estratégico do Governo, que
442 pretendia uma sociedade mais participativa e o estado menos arbitrário. Indagou
443 ainda se a representatividade no conselho assegurava efetivamente da parte do
444 Governo um caráter nacional, se as unidades da federação estavam representadas.
445 Afirmou que precisavam refletir sobre as indagações feitas por ele, porque se
446 pretendiam um pacto federativo precisavam encontrar meios de aliançar de uma
447 forma mais sistemática as unidades da federação. Disse ainda que a mesma
448 pergunta servia para a representação da Sociedade Civil, A Presidente Karla
449 Cristina Giacomin indagou se havia mais alguma contribuição, disse que ficava
450 muito motivada quando se percebia que a plenária estava se questionando em
451 termos de posicionamento e atitude diante do Conselho, que gostaria que não se
452 limitassem pela condição atual, que uma das coisas que sempre questionou foi o
453 distanciamento dos conselhos estaduais, poderia se fazer um esforço de discutir
454 para dentro de cada uma das entidades. Em relação ao tamanho do conselho e a
455 ambição da visão, afirmou que todos eram o Conselho e que dependia de todos
456 colocar em prática o que havia sido combinado, que não poderiam desistir, que

457 teriam aqueles dois dias para responder às perguntas que o Sr. Edval e a Sra.
458 Fátima fizeram e a colocação do Sr. Frederico, dentro da capacidade de tempo e
459 competência. O Sr. Carlos Frederico Bastos Peres da Silva comentou sobre a
460 necessidade de se adequar meio a fins e entendeu que a visão, não era uma meta,
461 a visão era um norte, que um plano estratégico que definia metas que deveriam ser
462 alcançadas por meio de ações e aí sim, deveriam ter o pé no chão, que se os meios
463 eram ilimitados para o alcance de inúmeros fins aos quais se propunham, era
464 questão de priorização, vinha a questão da comunicação social, ele não sabia que o
465 problema de quedas era tão sério e era, talvez devessem, na definição das ações e
466 metas, em todas as áreas, fosse em comunicação social, iniciativas direcionadas
467 para o público alvo que eram os idosos, na hora em que adequasse os meios aos
468 fins, escolheriam as ações de maior impacto. O Conselheiro Emídio Rebelo Filho
469 disse que via que tinha uma preocupação muito grande na questão do interesse
470 pelos conselhos estaduais e distanciamento dos conselhos municipais, que não
471 tinham se preocupado com a efetivação, criação dos conselhos municipais,
472 acreditava que para ser referência teriam que ter um trabalho grandioso para que os
473 conselhos, principalmente os conselhos municipais estivessem constituídos e
474 fortalecidos nos estaduais. A grande oportunidade seria a 3ª Conferência, porque
475 naturalmente teriam as informações, a reivindicações das proposições dos idosos
476 estavam no interior e aí teriam que trabalhar para que a constituição daqueles
477 conselhos viessem alcançar a visão da referência nacional. A Conselheira Sandra
478 de Mendonça Mallet voltou a insistir na questão de ter compromisso de fazer. A
479 Conselheira Luiza Fernandes Machado ressaltou que seria importante lembrar que o
480 distanciamento dos conselhos estaduais e dos conselhos municipais era muito
481 grande, que existiam conselhos que nem sabiam o que o Conselho Nacional estava
482 fazendo, que enquanto coordenadora de saúde do idoso do Ministério, tinha visitado
483 alguns estados e alguns municípios e acompanhou a luta de alguns municípios,
484 inclusive para criar o seu conselho municipal do idoso. O Sr. Irlando Tenório Moreira
485 abordou que a questão da participação no Conselho em si, independente da
486 legitimidade, da combatividade, do mérito de estarem reunidos enquanto entidade
487 era uma discussão que precisava ter certa habilidade. Dependendo da entidade, do
488 ministério, das participações e da possibilidade de contribuir. Era preciso que a
489 discussão fosse mesmo interna, pois poderiam se questionar se não haveria outra
490 entidade capaz de discutir as questões do idoso. A Sra. Maria da Penha Franco,
491 completou a informação da Conselheira Luiza dizendo que lamentavelmente, no dia
492 03 de fevereiro de 2011 o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro nomeou os

493 representantes do Conselho Municipal e os representantes da Sociedade Civil, sem
494 nenhum processo eletivo, ninguém foi selecionado nem eleito e o Conselho
495 continuava com o presidente eterno, não havia alternância do poder e era a
496 secretária titular que era nomeada a Presidente do Conselho, que os membros da
497 Sociedade Civil que eram membros do Conselho Estadual, foram convidados para
498 serem nomeados e todos recusaram porque não concordavam com a formatação do
499 conselho, numa cidade do Rio de Janeiro. A presidente Karla Cristina Giacomini que
500 chegaria o momento dessas discussões que já se aproximava a hora do almoço, as
501 pessoas já estavam saindo e que era preciso vencer o ponto que estava sendo
502 discutido, que no dia posterior poderia entregar o plano estratégico como havia sido
503 prometido responsabilizando cada entidade do que estaria comprometida a realizar.
504 Considerou aprovada a missão que havia sido colocada e não considerou aprovada
505 a visão explanada. Informou que havia colocado em forma de pergunta para a
506 plenária se todos concordavam que a missão do Conselho Nacional do Idoso como
507 finalidade existia para supervisionar, fiscalizar, avaliar e, além disso, propor
508 diretrizes, seria deliberativo. A Conselheira Fátima Rodrigues Guimarães pediu o
509 turno da fala e concordou com a sugestão. Uma das representantes presentes
510 perguntou se no caso do Fundo Nacional do Idoso, entraria na avaliação ou no
511 acompanhamento, ao que a presidente Karla Cristina Giacomini respondeu que o
512 Conselho iria gerir o fundo, que o fundo iria ser parte da política. O Sr. Marcos
513 Wandresen, disse que dentro dessa nova visão de propor diretrizes para o Política
514 Nacional do Idoso/PNDI, numa missão supervisionada, acompanhar, fiscalizar e
515 avaliar estavam todas as políticas de direitos do idoso. Que o Conselho não estava
516 somente responsável e competente para supervisionar e acompanhar, fiscalizar e
517 avaliar, propor diretrizes para o PNI, mas sim, a missão do Conselho seria mais
518 ampla, visava também oferecer diretrizes para todos os tipos de políticas cabia ao
519 Conselho estabelecer prioridades. O Sr. Edval Bernardino Campos explicou que o
520 que estava reivindicando porque o Conselho tinha uma missão deliberativa que se
521 não fosse incluída no planejamento estratégico, iria parecer que estavam declinando
522 desta atribuição e transferindo para outra. Era verdade que não tinham o poder de
523 transformar a lei, mas, tinham o dever no âmbito da Câmara dizer quais eram as
524 propostas e definir as diretrizes. Definidas as diretrizes, precisariam estar presentes
525 no norteamo das políticas que tinham interface com as demandas do idoso,
526 todas, elas seriam precedente as conferências setoriais. A presidente Karla Cristina
527 Giacomini argumentou que propor e definir diretrizes para a Política Nacional do
528 Idoso e as demais, políticas de interesse da pessoa idosa parecia que restringia a

529 1994. Uma das presentes interrompeu a fala do Sr. Edval Bernardino Campos, pediu
530 desculpas e disse que a competência do Conselho Nacional era de elaborar as
531 diretrizes para formação e implementação da Política Nacional do Idoso, observada
532 as diretrizes do estatuto do idoso, que já englobava tudo, que estava no decreto que
533 estruturou o Conselho Nacional, o Decreto 5109/2004. Leu o decreto aos presentes.
534 A Presidente Karla Cristina Giacomini indagou aos presentes se estava contemplado
535 daquela forma, redigindo o elaborar, o definir, propor e diretrizes para a política,
536 obedecendo o estatuto. Não havendo manifestações contrárias, definiu que ficaria
537 “propor e definir diretrizes.” Vencido o ponto passou para os objetivos estratégicos
538 que era como tornar o Conselho operante, que na hora de estabelecer esses
539 objetivos sabiam onde teriam de ir, qual era a finalidade que foi colocada, que
540 deveriam propor o objetivo. O primeiro passo, seria planejar ações baseadas em
541 outras perguntas, se era competência do Conselho, se contribuiria para que o
542 Conselho atingisse a sua visão e missão, como o conselho iria medir a sua ação. Se
543 formar conselhos seria um indicativo de que o Conselho estaria funcionando, se
544 deveriam motivar a formação e se a Comissão de Normas já havia proposto a
545 resolução de formação de conselhos, que iriam trabalhar para definir objetivos
546 estratégicos que façam alcançar a visão colocada na reunião. Perguntou ainda aos
547 presentes, se quando estivessem falando do Conselho, se estariam falando de todos
548 os públicos que são afetos ao Conselho. A Sra. Ana Maria Ângelo Bravo Villalba
549 disse que pelo o que a presidente estava mostrando, instituições, corpos já
550 formados, era uma relação para eles, inclusive idosos também, que estavam no
551 Brasil inteiro. Revelou sua preocupação em relação à conscientização da sociedade
552 sobre a questão do idoso. Uma das presentes pediu para esclarecer, algumas
553 dúvidas com relação à metodologia, pois lhe pareceu que a Presidente focaria em
554 grupos de trabalho. A presidente Karla Cristina Giacomini comunicou que naquele
555 momento receberiam a Ministra Maria do Rosário. A Ministra Maria do Rosário
556 agradeceu a colhida, parabenizou a presidente por seu brilhante pronunciamento na
557 reunião, reforçou a frase proferida pela presidente em seu discurso que um Brasil
558 justo, era um Brasil justo para todas as idades, informou que estava passando, mas
559 que teria uma agenda com o Conselho. Valorizou o trabalho de todos e todas, pediu
560 perdão por interromper o trabalho para se pronunciar e fazer referência
561 reconhecendo a disposição e o trabalho de cada uma das organizações
562 participantes representadas pelos conselheiros presentes. Logo após a presidente
563 Karla Cristina Giacomini passou a palavra para a Sra. Fátima Rodrigues Guimarães
564 que retomou sua palavra reforçando que queria entender a metodologia, como se

565 iria trabalhar em termos de grupo, se iriam centrar-se questão das quedas. Pediu
566 que fosse lembrado o que acontecia com o SUS e a saúde que a seu ver era a
567 prioridade número um dos presentes informou que o Ministério da Saúde tinha
568 vários programas de saúde específicos, por exemplo, o programa de HIV AIDS, que
569 queda seria algo dentro de um ou de vários programas específicos, para o idoso
570 com previsão de verbas. A Presidente Karla Cristina Giacomini sugeriu que se
571 avançasse, para que houvesse compreensão do tema, explicou que aquele ponto
572 era para dizer que o Conselho não era somente plenária, era toda a interlocução
573 para que funcionasse como Conselho, que tentou elencar temas que o Conselho
574 teria que tratar submetendo á plenária que também definiria o tom de decisões como
575 por exemplo se seriam ou não referência nacional e foi definido que para ser
576 referência nacional teriam que ter processos dentro do conselho que aconteceriam
577 entre comissões, com a secretaria, com os conselhos, com as políticas, com os
578 contatos, com as entidades, com a mídia. As resoluções teriam que ser fundadas,
579 fundamentadas e com esses processos teriam de definir processos que iriam
580 garantir que todos trabalhariam temas que seriam estratégicos para o CNDI, se
581 buscar o foco, fariam acontecer. A Sra. Luiza Fernandes Machado complementou
582 que deveria colocar também capacitação. A Presidente Karla Cristina Giacomini
583 concordou sugerindo que também se colocasse processos que eram importantes
584 para o Conselho, que iriam a conquistar a visão teriam temas estratégicos que
585 responderiam à visão. Para que o planejamento desse certo tinha que ser voluntário,
586 a pessoa tinha que querer tratar daquele tema. Revelou que identificou alguns temas
587 afins, como a legalidade, legislação, estatuto e política, a parte de controle social,
588 articulação, protagonismo, a parte do PNDH-3, envelhecimento e ciclo de vida,
589 acessibilidade e transporte. Revelou que também era um interesse do Conselho em
590 assinar o termo de adesão do plano de acessibilidade do CONADE, essa parte das
591 políticas públicas de cuidado. A Sra. Luiza Fernandes Machado sugeriu que ao invés
592 de colocarem políticas públicas de cuidado, seria mais interessante se colocassem
593 linha de cuidado, pois abrangia política pública, A Presidente Karla Cristina
594 Giacomini justificou dizendo que quando colocava política pública era para poder
595 chamar a política. A Conselheira Luiza Fernandes Machado completou dizendo que
596 rede de apoio também seria interessante. A Presidente Karla Cristina Giacomini
597 justificou que rede de apoio estava ali em algum lugar. Logo após, a presidente
598 Karla Cristina Giacomini contou os presentes que eram 24 com a sua própria
599 presença e indagou quem não iria votar, totalizando cinco não votantes. Continuou
600 indagando quem iria ficar totalizando 19 presentes. Informou então, que os 19 que

601 ficariam, seriam divididos em cinco grupos, cada grupo pegaria um trio e pensaria,
602 que não precisava elaborar textos muito grandes. Pensariam como o tema
603 atualmente estava sendo tratado no Conselho para ajudar na elaboração dos
604 objetivos, discussão e definição dos macro objetivos do conselho em relação ao
605 tema, como que o conselho iria tratar o tema para que ele fosse de fato incorporado
606 dentro do planejamento exemplificou como desenvolveriam o objetivo ano a ano dos
607 temas discutidos, além de discutirem o que iriam fazer e quem seria o responsável.
608 Depois, devolveriam para as comissões, e as comissões iriam ter que falar como
609 que elas, iriam trabalhar aquele tema para atingir aquele objetivo. Seriam dois
610 movimentos. Um movimento seria como Conselho, reconhecessem que aqueles
611 temas eram estratégicos para o Conselho, estariam divididos em grupos de quatro,
612 cada grupo de quatro iria definir os macro objetivos definiriam quem deveria realizar,
613 participar da ação e depois devolveria para a coordenação, que organizaria os
614 trabalhos num segundo movimento com as comissões que iriam receber o que foi
615 proposto e teriam que destrinchar na ação como seria o seu plano de trabalho, ou
616 remeteria para outra comissão. O Conselheiro Marcos Wandresen revelou sua
617 preocupação quanto aos temas que foram colocados como relevantes, pois estavam
618 vivendo uma realidade e a Portaria 42 de 99 que definia as funções e subfunções da
619 política de direitos do idoso, estabelecia assistência social para quem dela
620 necessitasse e nessa área, como representante da COBAP, tinham pelas
621 estatísticas, pediu que o corrigisse se estivesse equivocado, 54% das pessoas
622 idosas, dos aposentados e pensionistas recebendo salário mínimo. A Portaria 42
623 estabelecia a política de assistência social como ela devia ser feita e colocada no
624 orçamento, do outro lado tinham e que chamavam da grande política de direitos,
625 direitos de cidadania, o tema de assistência social, que não poderia ser esquecido,
626 por outro lado, sabiam que existia uma situação sobre a questão da inscrição dos
627 programas que era art.48 do Estatuto, que precisavam escrever os programas no
628 conselho de direitos do idoso. A Presidente Karla Cristina Giacomini lembrou que
629 aquele assunto estava dentro dos processos. O Conselheiro Marcos Wandresen
630 justificou que por esse motivo, tinha levantado a dúvida. A Sra. Sandra Regina
631 Gomes trouxe uma reflexão para contribuir na metodologia, que escutaram as
632 diretrizes da Secretaria de Direitos Humanos em relação aos conselhos, que o
633 conselho avaliasse e construísse as ações, as nove ações dos objetivos estratégicos
634 que foram relacionados. Perguntou em que momento poderiam cruzar o trabalho da
635 metodologia para estar em consonância na linha dos direitos humanos. A Sra.
636 Sandra Regina Gomes disse que tinham a clareza de que o trabalho era realmente

637 aprofundar cada item que tinham naquela reunião, ter clareza de que estavam em
638 um caminho de direitos humanos e que a transversalidade era fundamental, que
639 tinham o privilégio de discutir a questão do envelhecimento em todos os segmentos,
640 Diante das falas, a Presidente Karla Cristina Giacomini propôs que o primeiro fazer o
641 dever de casa, como conselho e depois como mesa diretora e depois adequar,
642 remeter cada um a cada objetivo. A Sra. Rita de Cássia Gonzaga Martorelli reforçou
643 que tinham que recolocar, reaplicar as comissões, porque na formatação que elas
644 tinham sido colocadas não iriam cumprir o papel delas. Concordava com o
645 planejamento e o plenário teria que decidir isso. O Sr. João Batista Lima Filho
646 sugeriu que se podia incluir outros temas, como na Copa do Mundo, que tinha que
647 ter um legado também para as pessoas idosas. A Presidente Karla Cristina
648 Giacomini disse que sugeriu uma copa sênior paralela à Copa, onde tivesse a
649 oportunidade de ver os grandes nomes, grandes craques, pensaram a questão da
650 acessibilidade, transporte, aproveitariam as pessoas idosas na orientação. O Sr.
651 João Batista Lima Filho disse que sempre tinha um voluntariado, fosse na Copa do
652 Mundo ou em Olimpíada, que tinham percentual para pessoas idosas. Uma das
653 presentes quis contribuir com uma informação dizendo que tinha uma comissão
654 constituída na Secretaria, já discutindo junto com outros ministérios a questão da
655 inclusão de cada segmento e o idoso foi um documento construído com CNDI e a
656 coordenação do idoso, que o documento relacionava as indicações do Conselho em
657 relação aos idosos. Uma das presentes complementou a fala do Sr. João, sobre a
658 temática, que não só na esfera do Governo Federal que estava sendo discutida a
659 questão da Copa, mas na esfera de todos os estados que receberiam os jogos.
660 Ainda sobre a temática, falou que o decreto 5296 de 2004 coincidiria com a Copa,
661 que previa que até 2014 toda a frota de ônibus coletivo, que fosse municipal,
662 metropolitano ou interestadual tivesse que ser acessível. O Sr. João Batista Lima
663 Filho disse que como parecia que a Sra. Lena Peres não mais faria parte da SDH
664 perguntou se a conselheira Sandra era a nova vice-presidente. A Presidente Karla
665 Cristina Giacomini disse que aquele era outro assunto, que não estavam misturando
666 as coisas, que havia questões do funcionamento, do planejamento e havia questões
667 que eram do Conselho, que tinham levantado essa situação, que na plenária
668 pudessem ter o momento para discussão daquele assunto porque em outras vezes
669 o governo definia quem mantinha e quem retirava de determinados cargos e pelo o
670 que foi entendido na mesa diretora, como o cargo era pessoal, tinha que haver o
671 referendo e não era só o plenário, mas tinha que haver o referendo do Governo e
672 depois ele apresentaria para a plenária que tratariam do assunto, mas naquele

673 momento era o planejamento. A Presidente Karla Cristina Giacomini sugeriu a pausa
674 para o almoço, marcando o retorno para as 14h00 pontualmente. Uma das
675 presentes sugeriu que no período da tarde conseguissem avançar máximo possível,
676 era preciso terminar antes do vôo dos conselheiros. Uma das presentes, informou
677 que a Sra. Elen Oliveira Pernin seria sua substituta no período da tarde, não poderia
678 comparecer no período da tarde, pois sentiu-se mal. Houve pausa para o almoço. O
679 período da tarde do dia 15/02/2011 da reunião, não consta em gravação e ata, por
680 não ter sido repassada à empresa responsável, a gravação do referido dia para
681 gravação e construção dos documentos em questão. No dia 16/11/2011 no
682 período da manhã, a Presidente Karla Cristina Giacomini reiniciou os trabalhos
683 cumprimentando a todos informando que no dia anterior ela, e os grupos
684 trabalharam até meia noite, que adiantaram a síntese do planejamento estratégico,
685 que enviariam o documento para a Secretaria de Direitos Humanos e para todas as
686 entidades, para todos os conselhos estaduais de idosos, para dar ciência ao que
687 aconteceu nos dois dias de reunião. Continuou lendo o conteúdo do documento.
688 Disse que aquilo levava a falar do quantitativo, que estavam com 21 milhões, teriam
689 50 milhões de idosos, ninguém poderia falar que não ficaram sabendo, que o
690 Conselho esteve reunido e resolveu que seria determinada visão período, missão,
691 os públicos de interesse do Conselho, Sociedade Civil Organizada, Conselho
692 Estadual, Conselho Municipal, para alcançar a visão ou missão o Conselho
693 necessitaria relacionar-se com cada um dos públicos e definir iniciativas e ações que
694 garantissem a sua efetividade, tanto no âmbito interno do Conselho quanto no
695 âmbito externo, que o colegiado se comprometia em melhorar, em termos de
696 visibilidade e articulação, comunicação social, relação com as políticas públicas, o
697 Conselho precisaria aprimorar os seus processos de trabalho, em termos de
698 excelência operacional, isso significava apoio técnico, relacionamento com o público,
699 definição e publicização dos fluxos, articulação em rede, transparência, visibilidade,
700 interna e externa, comunicação social e capacitação de conselhos, que foi uma
701 sugestão Fátima, naqueles pilares. Para atingir o objetivo precisaria saber o que
702 faria e quem faria. Informou que a Sra. a Fátima e o Sr. Emídio iriam fazer a revisão
703 e que precisariam seis meses para isso e depois que fizessem revisão do texto iriam
704 dividir com todos o material e o Conselho iria dar retorno para eles traria uma
705 plenária, ou pautaria em uma comissão a discussão daquele texto, faria uma
706 discussão ampliada e convidaria autoridades que interessariam ter para poder
707 debater com o Conselho. Isso aconteceria na plenária do 2º semestre de 2013. A
708 Presidente Karla Cristina Giacomini Em seguida, disse aos presentes que fizeram

709 duas propostas, a primeira era trabalhar como comissão, que todos iriam receber
710 todos aqueles macro objetivos afetos às comissões, no papel e no magnético, seria
711 por tema e por comissão, em seguida, fez uma pergunta aos presentes como que o
712 colegiado achava mais efetivo trabalhar, se por comissão, as comissões receberiam
713 todos os temas, a comissão de normas preencheria a planilha da comissão de
714 normas, de todos aqueles temas ou, segundo o documento, trabalharia por temas, a
715 comissão de normas pegaria o tema um e trataria. Disse que achava mais fácil em
716 comissão. O Sr. Evandro Macedo revelou sua preocupação com os parceiros
717 governamentais, porque o Ministério da Educação nunca apareceu praticamente e o
718 Trabalho também não era muito assíduo, porque senão ficava muito
719 desproporcional. A Presidente Karla Cristina Giacomini elogiou a opinião do Sr.
720 Evandro. Continuou dizendo que quanto a Comissão de Articulação de Conselhos,
721 pensaram no Ministério do Esporte e do Turismo, Comissão de Normas, Ciência e
722 Tecnologia, o Ministério da Previdência Social, o Ministério das Relações Exteriores,
723 a ANADEP, o MORHAN que gostaria de participar e a OAB, ANG Brasil e a seu ver
724 não seria a AMPID, mas seria o SEAP. Revelou que ainda não sabia para onde a
725 AMPID deveria ser para a política pública. Propôs que o CNC ou o SESC viesse
726 para a articulação e a outra ficasse na comunicação com o Sr. Marcos. Acreditou
727 que a articulação e comunicação deveriam andar juntas. Informou ainda que a
728 AMPID iria para o orçamento e finanças, a COBAP para comunicação. Continuou
729 dizendo que cada comissão iria receber o material e que iria ter a Comissão da
730 Conferência, que havia um grupo de trabalho que tinha começado na gestão anterior
731 e que poderia remeter. Propôs que se poderia ter uma comissão não paritária
732 porque aí o SESC ficaria na comunicação social, teriam duas comissões não
733 paritárias, indagou aos presentes o que achavam da sua proposta. Em seguida,
734 perguntou se os suplentes ficariam onde estava a entidade. Falou que se os
735 suplentes pudessem comparecer às reuniões, seriam bem vindos. A Sra. Yélena de
736 Fátima Monteiro de Araújo fez um parêntese pessoal, que estava apresentando o
737 seu reforço das suas bases, dos seus chefes, que estava aproveitando para
738 apresentar o seu reforço que era o Procurador-Geral do Estado de Pernambuco,
739 Doutor Agnaldo Finelon e ao lado dele o coordenador de apoio a todas as
740 promotorias de cidadania, a qual a promotoria do idoso estava vinculada, que tinha
741 vindo para falar e parabenizar. De posse do turno da fala, o Procurador Agnaldo
742 Finelon cumprimentou a todos e falou que discutiu alguns projetos no Ministério da
743 Justiça e do Esporte e que Pernambuco estava incorporado na luta de reconhecer
744 os direitos do idoso. Disse dirigindo-se à Sra. Yélena de Fátima Monteiro de Araújo

745 que o slogan do Ministério Público era cidadania e ação, era com a cidadania que se
746 conseguia combater a criminalidade, uma forma diferente de combater a
747 criminalidade, que se investiria fortemente nesse trabalho de cidadania. A
748 Presidente Karla Cristina Giacomini disse ao Procurador que ele era bem vindo e que
749 as portas estavam sempre abertas, naquilo que pudessem colaborar e ser parceiro,
750 estavam às estamos as ordens também. Propôs que cada grupo se juntasse para a
751 discussão, que repassariam o material. Esclareceu ao Sr. Rodrigo que o Conselho
752 era novo, que havia passado por um processo de desmantelamento, de
753 reconstrução e situações das atribuições das comissões, o regimento, que estavam
754 construindo e amarrando ao longo do processo, que as atribuições foram sugeridas
755 pelas lideranças das comissões anteriores, que queriam repensá-las. Chamou as
756 entidades para que se reunissem com o seu grupo. Logo após, sugeriu uma pausa
757 para o almoço e que voltariam às 14h00. Indagou se haveria alguém que não
758 voltaria no período da tarde. Após o intervalo do almoço, a Presidente Karla Cristina
759 Giacomini reiniciou os trabalhos e propôs definir o quanto antes a comissão
760 organizadora da conferência. Mostrou o grupo de trabalho anterior, que era preciso o
761 quanto antes fazer a realocação dos membros, porque queriam convocar uma
762 reunião da comissão para março. Informou que queria conversar com a comissão
763 ainda naquele dia após a conclusão dos trabalhos, que precisavam. Uma das
764 presentes falou que seria importante alguém do Ministério do desenvolvimento
765 social. A Sra. Mirian pediu a palavra e disse que naqueles dois dias de reunião
766 estava representando o Ministério, mas ainda estava indefinido no âmbito da
767 coordenação a titularidade ou a suplência, que a Sra. Ediane pela manhã lhe
768 adiantou que estaria na comissão do fundo e assim como ela a Mirian não poderia
769 assumir o compromisso em nome do Ministério, pois só tinha vindo para representar
770 naquela reunião, que só poderia dar uma resposta definitiva precisava antes
771 conversar em seu órgão. A Presidente Karla Cristina Giacomini retomou a palavra e
772 disse que iriam reconduzir o MDS, aguardando o nome do seu representante. O Sr.
773 Cristiano Cláudio Torres perguntou se o ministério representado na comissão podia
774 ser representado em outra pelo seu suplente, acreditava que nada impedia que o
775 suplente pudesse assumir uma comissão. A Presidente Karla Cristina Giacomini
776 concordou com o Sr. Cristiano Cláudio Torres. Perguntou o que estavam chamando
777 de comissão do fundo. Uma das presentes esclareceu que não era comissão e sim
778 do GT, era um Grupo de Trabalho. A Presidente Karla Cristina Giacomini esclareceu
779 que tinham entendido e falava como diretora na condição da presidência, tinha
780 entendido o fundo competiria a finanças, a subcomissão de finanças para ter que

781 criar um novo grupo e ele seria gerido dentro da subcomissão de finanças, que já
782 daria muito trabalho. Uma das presentes informou que como havia sido criada a
783 comissão de fundo, o MDS permaneceria na conferência. A Presidente Karla
784 Cristina Giacomini respondeu afirmativamente. E ficaria a Lilian e a Sandra que
785 gostariam de participar também da comissão. Sem completar a frase, a presidente
786 perguntou se os presentes achavam que a comissão teria de ser paritária. Se fosse
787 partilharia então. Sugeriu colocar então, como proposta o Ministério da Saúde ficaria
788 a comissão preliminar. Continuou dizendo que era necessário enxugar uma
789 comissão, porque teria ela enquanto presidente e a Sra. Sandra participar de alguma
790 comissão. Um dos presentes, na intenção de contribuir com o enxugamento, sugeriu
791 tirar o Ministério da Cidades, que estaria contemplado na Comissão de
792 Comunicação com o Sr. Marcos Wandressen. A Presidente Karla Cristina Giacomini
793 se contava como membro da comissão. Observou que faltava uma pessoa no
794 orçamento, que queriam enxugar, mas uma lógica, a sugestão seria que a
795 conferência fosse regida por uma comissão que tivesse uma pessoa de cada
796 comissão do Conselho. A Presidente insistia que assim, era Sandra ou Vera, porque
797 senão ficariam duas da Comissão de Articulação e ninguém da Comissão de
798 Orçamento. Informou que a Sra. Sandra foi para o orçamento e a comissão voltou a
799 ser paritária. Após os ajustes para a definição das comissões perguntou se algum dos
800 presentes teria alguma argumentação contrária. Não havendo nenhuma
801 manifestação contrária considerou a definição da comissão aprovada por
802 unanimidade pelo plenário. Informou que havia ainda um grupo concluindo os
803 trabalhos, mas haviam pessoas que precisavam se ausentar por questões de vôo e
804 de trabalho. Aproveitou o momento, primeiro para agradecer a presença de todos,
805 pois o Conselho havia trabalhado com afinco, que iriam trabalhar no material e que
806 talvez não haveria tempo suficiente para entregá-lo na sexta-feira como prometido e
807 se todos quisessem enviariam o que tivesse feito. Garantiu que o trabalho seria
808 enviado no prazo mais curto possível. Informou ainda que haveria uma reunião da
809 conferência, no próximo mês e a reunião ordinária, provavelmente seria em dois
810 meses, que precisavam ganhar tempo para a Conferência, que no próximo mês se
811 reuniriam com a comissão organizadora da Conferência e com os presidentes dos
812 conselhos estaduais, de todos os conselhos que pudessem vir para que
813 apresentassem o material que a comissão só terá lido, sugerido, que teriam
814 consolidado e ficaria sendo o passo a passo da conferência para ser convalidado
815 pelo grupo dos presidentes estaduais. Pensaram em trabalhar com a diretoria
816 colegiada, mesmo que fosse uma coisa interna, garantir que nos meses onde não

817 houvesse reunião da plenária que estivessem com os chefes das comissões, os
818 coordenadores das comissões. Para concluir, a Presidente agradeceu
819 profundamente o empenho de cada um, que iriam trabalhar muito, que esperava que
820 o Conselho estivesse se fortalecendo e que estavam a disposição. Disse que queria
821 que cada conselheiro se sentisse á vontade, como tinha certeza que estava, para
822 colaborar, contribuir, sugerir, opinar, criticar, orientar por onde andar, que achava
823 que isso era fundamental para cada um e para o Conselho como um todo. Finalizou
824 abrindo a oportunidade para quem quisesse se manifestar. O Sr. Cristiano Cláudio
825 Torres perguntou se a minuta iria direto para o município ou para o estado. A
826 presidente Karla Cristina Giacomin respondeu que iria para o estado e o estado era
827 quem iria remeter para o município. O Sr. Cristiano Cláudio Torres explicou que
828 havia município, como o dele que não tinha conselho e sem o poder público era
829 difícil fazer uma conferência. A Presidente Karla Cristina Giacomin disse que era aí
830 que havia a proposta que era dos municípios sem conselho, se reunissem em torno
831 de pelo menos um município com conselho e fizessem uma conferência regional,
832 que o estado tinha a obrigação de pensar essas conferências regionais. O Sr.
833 Cristiano Cláudio Torres sugeriu que se poderia fazer na área metropolitana. A
834 Presidente Karla Cristina Giacomin concordou. Na sequência, pediu desculpas e
835 apresentou tardiamente a Sra. Penha, que era uma celebridade no Movimento
836 Social do Idoso, que uma das dificuldades que o Conselho vem apresentando era o
837 distanciamento com os conselheiros estaduais e com as pessoas idosas, mesmo
838 que tivesse representações no Conselho. Então pensaram que a Sra. Penha poderia
839 ser uma colaboradora do Conselho e era com esse intuito que a convidaram para
840 que ela estivesse no planejamento, para que também de alguma forma começasse a
841 fazer parte do grupo. A Sra. Luiza Fernandes Machado sugeriu, aproveitando a
842 participação da Sra. Penha, que era excelente. Se pudessem convidar em cada
843 reunião, pelo menos dois representantes estaduais para participarem seria uma boa
844 sugestão e que o conselho pudesse se deslocar até as reuniões do conselho
845 estadual, cada um no seu estado e de repente organizaria um cronograma que se
846 pudesse cumprir, seria uma troca muito boa, acabaria com o distanciamento, porque
847 realmente havia um grande distanciamento. Aproveitou e falou todos receberam o
848 livrinho da Atenção a Saúde, do Ministério da Saúde, queria que lessem com todo
849 carinho, analisassem , vissem, fizesses as críticas. O livro foi feito muito
850 rapidamente, estava bem simples e as ações do Conselho estavam apontadas nele.
851 Perguntou como estava a página do Conselho, que poderia contribuir. O Sr. Eduardo
852 respondeu que ali havia duas coisas que a Sra. Luiza fez uma sugestão a respeito

853 da participação dos conselhos e imaginava que a Comissão de Articulação com os
854 conselhos deveria ter encaminhado alguma coisa nesse sentido, porque não estava
855 vendo ninguém e com relação à página, também Sr. Marcos e a Comissão de
856 Comunicação já deveria ter pensado, seria bom que se tivesse isso registrado, mas
857 provavelmente isso iria constar no plano estratégico. A Presidente Karla Cristina
858 Giacomini perguntou se havia alguma contribuição oficial. O Sr. Emídio Rebelo Filho
859 falou que na Câmara dos Deputados todo dia tinha um informativo sobre
860 aposentados, pensionistas, pessoas idosas. Sugeriu que o Conselho utilizasse este
861 informativo para as suas informações, se fosse autorizado, poderiam fazer um
862 contato, com a secretária executiva da Frente Parlamentar de Defesa da Previdência
863 Pública. Eles disponibilizariam, as informações que fossem do Conselho Nacional do
864 Idoso poderiam ser transmitidas, porque o boletim só não saía dia de sábado e
865 domingo, mas de segunda a sexta ele sairia. A Presidente Karla Cristina Giacomini
866 disse que pediria ao Sr. Emídio Rebelo Filho que passasse o contato para a
867 Comissão de Comunicação Social, porque era mais um mecanismo, mais um canal
868 que poderiam utilizar. A Sra. Sandra de Mendonça Mallet disse que foram dois dias
869 de intenso trabalho, que rendeu uma clareza da dimensão dos compromissos, que
870 todos tinham o desafio pela frente e compartilhando todas as questões da
871 Secretaria, também deu as diretrizes, ajudou, contribuiu nos trabalhos, que foram
872 cinco objetivos relacionados, que todas as ações tinham a ver com isso e realmente
873 foi um trabalho bastante exitoso. Agradeceu da Secretaria, a participação intensa e
874 estariam as comissões, que tinham muito trabalho pela frente. O Sr. Eduardo,
875 atendendo a inúmeros pedidos da Sra. Luíza disse que iriam fazer como Jack. Disse
876 que a Sra. Luíza havia lhe pedido que sugerisse que o Conselho poderia a cada
877 reunião fizesse uma espécie de caixinha para custear um lanche. Pensaram então
878 que para um dia, cada um poderia contribuir com R\$ 15,00 (quinze reais). Só não se
879 propôs a coordenar a ação. Escolheu então a Sra. Lúcia tomar conta do lanche, se
880 todos aceitassem, combinaria tudo por e-mail. **Encerramento.** Não havendo mais
881 nada a tratar, a Presidente Karla Cristina Giacomini, encerrou os trabalhos e
882 considerou terminada a reunião.

883 Nada mais a degravar, eu Claudia Americano Dolabella encerro a transcrição da 49ª
884 Reunião Ordinária do CNDI, realizada nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2011, em
885 Brasília-DF.

886
887
888

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.